



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
DIVISÃO DE CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

EDITAL ACADÊMICO Nº 097/2021

A Diretoria-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU, no uso de suas atribuições e com base no Regulamento Acadêmico, Resolução CONAD nº 10/2019, comunica que estão abertas as inscrições para o processo seletivo do Curso de Aperfeiçoamento "*Curso de Direito Antidiscriminatório*", na modalidade EAD síncrono.

1 Realização

Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), em parceria com a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

CNMP - vinculado ao Projeto Respeito e Diversidade,

Orientador Pedagógico:

- **Carlos Vinicius Ribeiro.** Secretário de Educação, Conhecimento e Inovação da ESMPU.
- **Fabiola Sucasas.** Membro auxiliar da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP.

Capacitadores convidados:

- **Luis Roberto Barroso.** Ministro do STF. Professor Titular de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Professor Visitante da Universidade de Brasília - UnB. Graduação em Direito pela UERJ. Mestre (Master of Laws) pela Yale Law School. Doutor e Livre-Docente pela UERJ. Estudos de Pós-Doutorado na Harvard Law School. Professor Visitante da Universidade de Poitiers, França (fev. 2010) e da Universidade de Wrocław, Polônia (out. 2009).
- **Thiago de Souza Amparo.** Professor de direitos humanos e discriminação na FGV Direito SP. Possui mestrado (LLM) em direitos humanos e justiça internacional, e doutorado (SJD) em direito constitucional comparado pela Central European University (Budapeste). Foi pesquisador visitante na Columbia University em Nova York. Estuda políticas de diversidade, discriminação, direito internacional dos direitos humanos e direito constitucional comparado. Coordena a área de diversidade da FGV Direito SP e leciona, como professor horista, direito internacional na FGV RI SP. Coordenador do Núcleo de Justiça Racial e Direito (FGV Direito SP). Integra o Núcleo de Direito Global e Desenvolvimento (FGV Direito SP) e o Núcleo de Direito e Democracia no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Escreve semanalmente para o jornal Folha de São Paulo.
- **Lilia Schwarcz.** Possui graduação em História pela USP (1980), mestrado em Antropologia Social pela Unicamp (1986), doutorado em Antropologia Social pela USP (1993), livre-docência em Antropologia Social pela USP (1998) Titular em Antropologia Social, USP (2005). Atualmente é professora Titular do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (2005), global scholar e professora visitante em Princeton (desde 2011), editora da Companhia das Letras, sócia do IHGB, membro da conselho da Revista Etnográfica (Lisboa), da revista Penélope (Lisboa), da Revista Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, da Revista Cadernos de Campo (FFLCH), membro do "Advisory Committee for Human Rights Watch's Americas Division" (2020). Foi professora visitante e pesquisadora nas universidades de Leiden, Oxford, Brown, Columbia (como Tinker Professor), Ecole des Hautes Etudes en Science Sociales. Desde 2015 é colunista do Nexo jornal e curadora adjunta para histórias e narrativas do Masp.
- **Karla Bessa.** Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora dos Programas de Pós-Graduação em Multimeios (Instituto de Artes) e do Doutorado em Ciências Sociais (IFCH) na mesma instituição. Realizou estágios pós-doutorais no Center for Latin American & Caribbean Studies Association, da University of Michigan (2004), no ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa (2008) e no Department of Film Studies do King's College London (2014), onde também foi Visiting Researcher (2010/2011). Foi Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia e Professora do Programa de Pós-Graduação em História na mesma Universidade (1994-2008). Graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia (1990), Mestre (1994) e Doutora (2000) em História Social pela Universidade Estadual de Campinas. Foi Editora da Revista História & Perspectivas (2006/2008) e da Revista Cadernos Pagu (2012/2014). Coordena o Projeto de Extensão CinePagu desde 2009. Atua na curadoria da Mostra Internacional de Audiovisual Curta o Gênero (Fortaleza) desde 2012. Desenvolve pesquisas nas áreas dos Estudos Feministas, de Gênero e Cinema.
- **Eunice Prudente.** Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1972), mestrado em Direito pela Universidade de São Paulo (1980) e doutorado em Direito pela Universidade de São Paulo (1996). Atualmente é professor doutor da Faculdade de Direito de São Paulo, parecerista ad hoc da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, professor titular - afastado sem remuneração. da Faculdade Zumbi dos Palmares, diretora técnica do Governo do Estado de São Paulo, professora doutora da Universidade de São Paulo e comissão de direitos humanos da da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito do Estado, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, cidadania, direito, negros - Brasil, e interseccionalidades entre gênero e etnia.
- **Richard Miskolci.** Professor Titular de Sociologia do Departamento de Medicina Preventiva da UNIFESP, onde coordena a área de Ciências Sociais e Humanas em Saúde. Também é Pesquisador do CNPq e coordenador do Quereres - Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Direitos Humanos e Saúde. É docente dos Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (UNIFESP) e Sociologia (UFSCar). Foi coordenador adjunto da área de Sociologia na CAPES entre 2014 e 2018. Doutor em Sociologia pela USP (2001), fez estágio sanduíche na Universidade de Chicago e desenvolveu estágios pós-doutorais, com bolsa FAPESP, na Universidade de Michigan, em 2008, e na Universidade da Califórnia, em 2013. É membro da International Sociological Association e da Sociedade Brasileira de Sociologia, onde

- atua no Comitê de Relações Internacionais e na Revista Brasileira de Sociologia. Também é membro da ABRASCO, onde participa do GT Saúde da População LGBTI+. É parecerista do CNPq, da CAPES, da FAPESP, da FAPERJ e de diversos periódicos na área de ciências sociais e estudos de gênero e sexualidade. Coordena a coleção Annablume Queer. Seus livros mais recentes são "Desejos Digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros online" (2017), "O Desejo da Nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX" (2012) e "Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças" (2012; 3.a edição 2017).
- **Flavia Piovesan.** Possui Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1990), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996). É professora doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo nos programas de Graduação e Pós Graduação em Direito; visiting fellow do Human Rights Program da Harvard Law School (1995 e 2000); visiting fellow do Centre for Brazilian Studies da University of Oxford (2005); visiting fellow do Max-PlanckInstitute for Comparative Public Law and International Law (Heidelberg, 2007-2008; 2015-2018) e Humboldt Foundation Georg Forster Research Fellow no Max-Planck-Institute for Comparative Public Law and International Law (2009-2014). Foi Membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; da UN High Level Task Force on the implementation of the right to development; e do OAS Working Group para o monitoramento do Protocolo de San Salvador em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais. Eleita para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (2018-2021). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direitos Humanos, Direito Constitucional e Direito Internacional, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, Direito Constitucional, Direito Internacional, proteção internacional e proteção constitucional. Lemman Visiting Scholar no David Rockefeller Center for Latin American Studies de Harvard University.
 - **Daniel Silva Balaban.** Economista, Diretor do Centro de Excelência contra a Fome e representante do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas no Brasil. MBA em Finanças pelo IBMEC e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.
 - **Maria Aparecida Gugel.** Graduada em direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (1982). É membro Ministério Público do Trabalho desde 1988. É doutora pela Università degli Studi di Roma "Tor Vergata" (2017). É autora de livros jurídicos sobre os direitos das pessoas com deficiência e pessoas idosas.
 - **Guilherme Assis de Almeida.** Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1990) e doutorado em Direito pela Universidade de São Paulo (2001). Atualmente é ms3 da Faculdade de Direito da USP. Tem experiência na área de Ciências Sociais, com ênfase em Direitos Humanos, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, direito internacional, não violência, violência e refugiado.
 - **Guita Debert.** Professora Titular do Departamento de Antropologia da UNICAMP, possui graduação em Ciências Sociais (1973), mestrado em Ciência Política (1977), doutorado em Ciência Política (1986) pela Universidade de São Paulo, e estudos de pós-doutorado no Department of Anthropology, University of California, Berkeley (1989-1990). Foi Vice-Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (2000-2002); membro do Comitê Acadêmico de Ciências Sociais (Antropologia) do CNPq (2001 a 2003); editora da Revista Brasileira de Ciências Sociais, secretária adjunta da ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (1992-1996); membro da Coordenação da Ciências Humanas e Sociais da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (2007-2014); e coordenadora do PAGU - Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP (2007-2009). Proferiu palestras e ministrou cursos em universidades estrangeiras entre elas Columbia University (EUA), Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (França), Universidade de Bologna (Itália). Tem experiência na área de Antropologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: velhice, família, curso da vida, gênero e violência. É autora de vários livros e artigos sobre esses temas.
 - **Julio José Araujo Junior.** Doutorando em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em Política e Sociedade pelo IESP/UERJ. Graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (2005). Procurador da República. Realiza pesquisas com ênfase em direitos humanos.
 - **André de Carvalho Ramos.** Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP - Largo São Francisco). É Professor Titular do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado e Doutorado - da Faculdade Autônoma de Direito (FADISP). É Livre-Docente e Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi visiting fellow do Lauterpacht Centre for International Law (Cambridge). É Procurador Regional da República. É Coordenador Nacional do Grupo de Trabalho "Migração e Refúgio" da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (2020-2022). Foi o primeiro Secretário de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral da República (2017-2019). Foi o primeiro Coordenador Nacional do Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral (2013-2015). Foi Procurador Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (2012- 2016). Foi Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Estado de São Paulo (2000-2002). É autor de obras em Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado e Direitos Humanos.
 - **Eduardo Dias de Souza Ferreira.** Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Especialização em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). É Professor de Direitos Humanos (Graduação, Mestrado e Doutorado) com ênfase em Infância e Juventude da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Chefe do Departamento de Direitos Difusos e Coletivos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). É integrante do Corpo Docente dos Cursos de Especialização da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo (MP/SP). É também 42º Procurador de Justiça Cível do Ministério Público de São Paulo (MP/SP) e ExPromotor de Justiça da Infância e Juventude da Capital com atribuições na área de Direitos Difusos e Coletivos da Infância. Membro do Grupo Pediatria Legal da Sociedade de Pediatria de São Paulo/SP. Membro da Comissão de Ética em Pesquisa no Uso de Animais da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde - CEUA/FACHS/PUC-SP.
 - **Rafael Osvaldo Machado Moura.** Doutor e Mestre em Direito, na linha de pesquisa Justiça, Democracia e Direitos Humanos, pelo PPGD da PUC-PR. Tem desenvolvido pesquisas sobre o diálogo entre o sistema doméstico de justiça brasileiro e o sistema interamericano de direitos humanos. Foi professor de Direito na Faculdade do Norte Pioneiro. Foi Procurador do Município de São Paulo. Aprovado em diversos concursos públicos, destacando-se os destinados aos cargos de procurador federal da Advocacia Geral da União, procurador do Município de São Paulo, procurador do Município do Recife e promotor de Justiça no Estado do Paraná. Participou, por quatro meses, de estágio e curso prático de direitos humanos na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em Washington/DC, no ano de 2017. Promotor de Justiça do Ministério Público do Paraná (MPPR). Coordenador do Núcleo de Proteção aos Direitos da População LGBT, do Programa de Localização e Identificação de Pessoas Desaparecidas do MPPR e dos eixos Migrantes, Refugiados e Apátridas, Política Agrária e Indígena, todos do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do MPPR. Membro colaborador da Comissão de Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP/GT4) e do Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial do MPPR. É integrante do Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPED.
 - **Wallace Paiva Martins Júnior.** Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1987), mestrado em Direito pela Universidade de São Paulo (2000) e doutorado em Direito pela Universidade de São Paulo (2003). Atualmente é professor titular da Universidade Católica de Santos na graduação (Direito Administrativo) e no programa de pós-graduação stricto sensu (Direito Ambiental). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo e Ambiental, atuando principalmente nos

seguintes temas: improbidade administrativa, transparência administrativa, publicidade administrativa, direito de informação, participação popular, controle da Administração Pública, agentes públicos, Administração pública direta e indireta, meio ambiente, Ministério Público, ação civil pública e tutela coletiva, controle de constitucionalidade, princípios jurídico-administrativos. Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo, é 25º Procurador de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos e exerce o cargo de Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico.

2 Data e local de realização

A atividade será realizada por meio de plataforma de videoconferência, nas seguintes datas (sujeitas a alteração):

DATA	HORÁRIO
10/06/2021	9h às 12h
17/06/2021	09h às 11h
24/06/2021	09h às 11h
01/07/2021	09h às 11h
08/07/2021	09h às 11h
13/07/2021	09h às 11h
15/07/2021	09h às 11h
20/07/2021	09h às 11h
22/07/2021	09h às 11h
27/07/2021	09h às 11h
29/07/2021	09h às 11h
05/08/2021	09h às 11h
12/08/2021	09h às 11h
17/08/2021	09h às 11h
19/08/2021	09h às 11h

3 Objetivo

Fomentar o respeito aos direitos fundamentais ou básicos sociais, mediante formação técnica adequada ou mínima no âmbito do Direito Antidiscriminatório e subsídios para o enfrentamento das violações ou riscos iminentes produzidos por práticas discriminatórias que atinjam interesse público relevante, de modo a possibilitar atuação condizente com os princípios de ordem constitucional afetos ao Ministério Público e aos objetivos da República.

4 Carga horária

22 (vinte e duas) horas-aula

5 Público-alvo

Membros, membras, servidores e servidoras do MPU e do CNMP, membros e membras do Ministério Público Brasileiro, demais operadores e operadoras do Direito.

6 Número de vagas

6.1 Serão oferecidas 290 (duzentas e noventa) vagas, distribuídas conforme tabela a seguir:

DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS		
RAMO	MEMBROS / MEMBRAS	SERVIDORES / SERVIDORAS
MPU	110	60
CNMP	20	20
Membros e membras do Ministério Público Brasileiro, demais operadores e operadoras de Direito	60	
Membros e membras do CDDF/CNMP	10	
TOTAL DE VAGAS	290	

6.2 Caso não haja preenchimento do número de vagas indicado em cada categoria, poderá ser realizado remanejamento das vagas entre os inscritos excedentes de outras categorias.

7 Período e procedimentos para inscrição

7.1 A inscrição é gratuita deve ser realizada exclusivamente pela Internet.

7.2 O(a) candidato(a) deverá proceder conforme as seguintes instruções para realizar sua inscrição:

7.2.1 Acessar a página de inscrições abertas da ESMPU (<http://escola.mpu.mp.br/integra/inscricoesabertas>) ou clicar em “Inscrição” na página inicial da Escola (<http://escola.mpu.mp.br/>)

7.2.2 Clicar no ícone correspondente a “inscrever-se” na atividade desejada. O edital pode ser visualizado no ícone “Editais e Anexos”

7.2.3 Fazer *login*.

7.2.3.1 Caso o CPF não esteja cadastrado, o(a) candidato(a) deverá clicar em “Novo usuário” e fazer seu cadastro

7.2.4 O resultado da seleção será divulgado conforme cronograma estabelecido no item 12.

7.2.5 O(a) candidato(a) poderá clicar no ícone correspondente a “cancelar inscrição” durante o período de inscrições, conforme cronograma estabelecido no item 12.

7.3 A atualização do cadastro é de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) e a ausência de alguns dados pode implicar no cancelamento da inscrição.

7.4 O(a) candidato(a) poderá informar no ato de sua inscrição caso necessite de algum atendimento especial para acompanhar o curso.

8 Seleção

8.1 Terá preferência o candidato(a) que:

8.1.1 Atuar em matéria relacionada ao tema do curso;

8.1.2 No ano letivo, ainda não tenha participado de outra atividade acadêmica oferecida pela ESMPU.

8.2. Os(as) candidatos(as) inscritos serão selecionados por meio de sorteio eletrônico.

8.3 Serão reservadas 10 (dez) vagas para membros do CDDF/CNMP.

9 Pré-requisitos para participação no curso:

9.1 Disponibilidade de dedicação e participação nas atividades, nos termos do projeto pedagógico;

9.2 Ter acesso a computadores e à Internet banda larga.

9.3 Conhecimentos básicos de Internet.

10 Publicação do resultado

10.1 A relação dos(as) candidatos(as) selecionados(as) será divulgada na página da ESMPU, em <http://escola.mpu.mp.br/integra/resultados>.

10.2 O(a) candidato(a) deverá selecionar a atividade correspondente para visualizar a seleção.

11 Confirmação da Participação

11.1 O(a) candidato(a) inscrito(a) deverá realizar as seguintes ações após o fim do período de inscrições para confirmar sua participação:

11.1.1 Acessar a página da ESMPU, <http://escola.mpu.mp.br/integra/resultados>

11.1.2 Efetuar o *login* e clicar no ícone correspondente a “confirmar participação” na atividade desejada de acordo com prazo constante no cronograma estabelecido no item 12;

11.1.3 O(a) candidato(a) deverá marcar a opção “confirmar” e em seguida clicar no ícone “enviar” no Termo de Compromisso para confirmar a sua participação;

11.1.4 O(a) candidato(a) receberá uma cópia do Termo de Compromisso no *e-mail* cadastrado; após a confirmação da participação;

11.2 O(a) candidato(a) selecionado(a) será considerado(a) desistente caso não confirme sua participação mediante o envio do Termo de Compromisso.

11.3 É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) obter ciência do resultado do processo seletivo conforme item 10.1.

11.4 O resultado do processo seletivo será divulgado na página da ESMPU.

12 Cronograma

Etapas	Prazos
Período de inscrição	A partir da data de publicação deste edital até as 12 horas do dia 02 de junho de 2021
Publicação do resultado na página da ESMPU, no <i>link</i> "resultados"	A partir das 15h do dia 02 de junho de 2021
Prazo para a confirmação da participação por meio do sistema de seleção da ESMPU.	A partir das 15h do dia 02 de junho até as 18h do dia 04 de junho de 2021
Convocação de suplentes e confirmação da participação por meio do sistema de seleção da ESMPU.	À medida que forem surgindo vagas
Realização do curso	10 de junho a 19 de agosto de 2021, nas datas listadas no item 2, "Data e local de realização"

13 Certificado

13.1 O certificado será emitido pela ESMPU para o(a) participante que obtiver frequência mínima de 85% no curso.

13.2 O registro da frequência é de inteira responsabilidade do aluno, nos termos e procedimentos informados durante a atividade.

13.3 O certificado estará disponível para impressão 45 (quarenta e cinco) dias após a data de encerramento do curso na página inicial da ESMPU, na opção "Certificados".

14. Disposições finais

14.1 O(a) candidato(a) a discente que, após assinar o Termo de Compromisso, desistir formalmente ou abandonar as atividades acadêmicas a distância, será suspenso de participar de nova atividade de ensino.

14.2 O(a) candidato(a), ao se inscrever, declara estar ciente e de acordo com as condições estabelecidas neste edital e será questionado quanto à autorização, para todos os fins em direito admitidos, para a utilização de sua imagem e voz constante em fotos, gravações e filmagens decorrentes da participação nesta atividade sob a responsabilidade da ESMPU, sendo que a referência ao nome do participante, que constitui um direito moral, deverá ser respeitada sempre que as referidas obras forem veiculadas ou utilizadas, sabendo que as imagens e a voz poderão ser exibidas nos relatórios parcial e final da referida atividade.

14.3 Informações adicionais poderão ser obtidas por meio do Núcleo de Ingresso e Atendimento ao Corpo Acadêmico pelo *e-mail* niat@escola.mpu.mp.br.

14.4 Casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pelo Secretário de Educação, Conhecimento e Inovação da ESMPU.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinícius Alves Ribeiro, Secretário de Educação, Conhecimento e Inovação**, em 10/05/2021, às 16:14 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Gustavo Gonet Branco, Diretor-Geral**, em 10/05/2021, às 17:45 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.escola.mpu.mp.br/sei/autenticidade> informando o código verificador **0275333** e o código CRC **FD03F899**.

